

BSB Energética S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Três Meses Findo em
31 de Março de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretoria da
BSB Energética S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da BSB Energética S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 12 de maio de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BSB ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.877	48.899	Fornecedores		328	2.114
Aplicações Financeiras	7	33	-	Contas a pagar por aquisição de investimento	10	18.572	18.132
Tributos a compensar		<u>38</u>	<u>68</u>	Obrigações fiscais		43	258
Total dos ativos circulantes		<u>53.948</u>	<u>48.967</u>	Debêntures	11	<u>33.284</u>	<u>26.577</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>52.227</u>	<u>47.081</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Investimentos em coligadas	9	355.124	355.775	Partes relacionadas	14	16.125	16.125
Imobilizado		<u>21</u>	<u>21</u>	Debêntures	11	<u>322.732</u>	<u>314.913</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>355.145</u>	<u>355.796</u>	Total dos passivo não circulantes		<u>338.857</u>	<u>331.038</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
				Capital social		1.957	1.957
				Reserva de lucros		1.957	25.512
				Ajustes de avaliação patrimonial		(1.386)	(825)
				Lucros acumulados		<u>15.480</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>18.009</u>	<u>26.644</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>409.093</u>	<u>404.763</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>409.093</u>	<u>404.763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO FINDO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/03/2022	31/03/2021
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	15	(584)	(7)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9	29.909	8.032
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>29.325</u>	<u>8.025</u>
RESULTADO FINANCEIRO	16		
Despesas financeiras		(14.985)	-
Receitas financeiras		1.140	-
Total		<u>(13.845)</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>15.480</u>	<u>8.025</u>
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	13	8	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O PERÍODO FINDO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.480	8.025
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(561)	2.966
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>14.919</u>	<u>10.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva para investimento	Dividendos adicionais propostos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.957	391	1.566	14.182	(9.359)	-	8.737
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020	12	-	-	-	(11.760)	-	-	(11.760)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.025	8.025
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	2.966	-	2.966
		-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		1.957	391	1.566	2.422	(6.393)	8.025	7.968
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.957	391	1.566	23.555	(825)	-	26.644
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2021	12	-	-	-	(23.555)	-	-	(23.555)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.480	15.480
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	(561)	-	(561)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022		<u>1.957</u>	<u>391</u>	<u>1.566</u>	<u>-</u>	<u>(1.386)</u>	<u>15.480</u>	<u>18.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.480	8.025
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	9	(29.909)	(8.032)
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	11 e 16	14.230	-
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	16	440	-
Custo Transação Debêntures	11 e 16	296	-
Variações nos ativos e passivos:			
Fornecedores		(1.786)	-
Obrigações fiscais		(218)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		(1.467)	(7)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Dividendos recebidos	8	30.000	11.760
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.533	11.753
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	12	(23.555)	(11.760)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	18
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(23.555)	(11.742)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.978	11
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	6	48.899	20
No fim do exercício	6	53.877	31
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.978	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO FINDO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2022	31/03/2021
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Serviços de Terceiros	15	(526)	(7)
		<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO BRUTO		(526)	(7)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	29.909	8.032
Receitas Financeiras	16	1.140	-
		<hr/>	<hr/>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		30.523	8.025
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Empregados		4	-
Remuneração direta	14	4	-
		<hr/>	<hr/>
Impostos, Taxas e Contribuições	14	53	-
Federais		53	-
		<hr/>	<hr/>
Remuneração de Capitais de Terceiros		14.986	-
Juros	16	14.670	-
Outras despesas financeiras	16	316	-
		<hr/>	<hr/>
Remuneração de Capitais Próprios		15.480	8.025
Lucros retidos		15.480	8.025
		<hr/>	<hr/>
		30.523	8.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BSB ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”) foi constituída em 24 de março de 2000, com sede social na Cidade e Estado de São Paulo, tendo a Eletroriver S.A. como controladora direta e a CS Energia S.A. como controladora final. A Companhia tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

A BSB possui 28.256.349 ações ordinárias da coligada Brasil PCH S.A. equivalente a 30% de participação no capital da coligada.

Dados da Coligada

A Brasil PCH foi constituída em 23 de março de 2005, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCHPAR - PCH Participações S.A., a qual possui 100% do capital social de 13 PCH, com capacidade total de operação de 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos, a partir da data de entrada em operação de cada PCH, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A comercialização da energia gerada pelas 13 coligadas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda de energia com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida.

Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas em 21 de março de 2022.

2. IMPACTOS COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias referentes aos períodos findos em 31 março de 2022 e 31 de março de 2021.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

3.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas informações financeiras intermediárias. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os períodos corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 19) – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 (ICPC 19) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	<p>As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração.</p> <p>Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 (CPC 16(R1)) - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.</p>
Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	<p>As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).</p> <p>Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.</p>

Pronunciamento	Descrição
IFRS 1 (CPC 27(R1) e CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza isenção. Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.
IAS 41 (CPC 29) – Agricultura	A alteração exclui a exigência na IAS 41 (CPC 29) para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 (CPC 29) às exigências na IFRS 13 (CPC 46) – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. Não foram identificados impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Na data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia e suas coligadas não adotaram as novas normas revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Expectativa início da vigência	Descrição
IFRS 17	01/01/2023	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Ainda não definida pelo IASB	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	01/01/2023	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	01/01/2023	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	01/01/2023	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	01/01/2023	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única ação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

5.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

5.2. Redução ao valor recuperável dos ativos

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperação do custo do bem (“impairment”) é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Companhia entende que não há indicação de perdas na realização de ativos, e, portanto, não há necessidade de constituição de provisão.

5.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Em 31 de março de 2022, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados:

5.3.1. Ativos financeiros

5.3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 6.

5.3.2. Passivos financeiros

5.3.2.1. *Debêntures*

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das informações financeiras intermediárias (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das informações financeiras intermediárias.

5.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos intermediários pode ser realizado por deliberação do Conselho de Administração. O estatuto social da Companhia não prevê quaisquer obrigações em distribuição ou proposição de dividendos intermediários.

5.5. Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint ventures são incorporados às informações financeiras intermediárias com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint ventures são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada ou joint venture excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

No caso da Companhia, em função do Acordo de Acionistas da Brasil PCH e/ou da estrutura acionária da Brasil PCH, conforme o caso, até 30 de novembro de 2021 o investimento na Brasil PCH era classificado como controle compartilhado (joint venture) e, a partir de 1º de dezembro de 2021, momento em que adquiriu parcela adicional da Brasil PCH passou ao exercer influência significativa, atendendo ao disposto nos artigos 243 e das Lei das Sociedades Anônimas. Dessa forma, o investimento na Brasil PCH foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

5.6. Impostos de renda e contribuição correntes e diferidos

Correntes

Para o período findo em 31 de março de 2022 a Companhia adotou o lucro real como forma de apuração tributária e para o período findo em 31 de março de 2021 o lucro presumido como forma de apuração tributária.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, para o período findo em 31 de março de 2022 são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o período findo em 31 de março de 2021, as alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

5.7. Segmentos operacionais

A Companhia atua em um único segmento operacional, considerando que é uma empresa que detém participação indireta, exercendo influência significativa em 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's). Nesse contexto, essas informações financeiras intermediárias não possuem nota explicativa de informação por segmento.

5.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

5.9. Uso de estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras intermediárias requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em aquisições de participações adicionais de investidas têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos, em que é considerado o método da aquisição, sendo os custos relacionados à aquisição reconhecidos no resultado, quando incorridos. Premissas também são adotadas pelos avaliadores na determinação da vida útil remanescentes dos ativos das investidas, sendo a mais valia dos ativos subjacentes amortizada, com base nessas vidas úteis estimadas na data da aquisição.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	1	2.211
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	53.876	46.688
Total	<u>53.877</u>	<u>48.899</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado que variam de 99% a 100,5% (100,5% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/03/2022</u>
Fundos de investimento em renda fixa (a)	33
Total	<u>33</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variaram entre 106,98% e 122,43% do CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para sua classificação como equivalentes de caixa.

8. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua coligada Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

	<u>Saldo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição de dividendos (*)	11.760
Dividendos recebidos	<u>(11.760)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição de dividendos (*)	30.000
Dividendos recebidos	<u>(30.000)</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>

(*) Em 29 de março de 2022 e 22 de fevereiro de 2021 foram deliberados em Ata de Reunião do Conselho da Administração o pagamento pela sua coligada Brasil PCH S.A dos montantes de R\$ 30.000 para o período findo em 31 de março de 2022 e R\$ 11.760 para o período findo em 31 de março de 2021.

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detêm 30% das ações ordinárias (28.256.349 ações) da Brasil PCH S.A., enquanto que em 31 de março de 2021 detinha 14,70% das ações ordinárias (13.845.611) da Brasil PCH S.A.

As participações na coligadas diretas e indiretas, as quais a Companhia exerce influência significativa são demonstradas conforme segue:

Investidas	Investimento	Localização	Participação %	
			31/03/2022	31/12/2021
1. Brasil PCH S.A.	Coligada direta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1. PCHPAR PCH Participações S.A.	Coligada indireta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1.1. Bonfante Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Simão Pereira (MG)	30,0%	30,0%
1.1.2. Carangola Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Carangola (MG)	30,0%	30,0%
1.1.3. Calheiros Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.4. Caparaó Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Rio Preto (ES)	30,0%	30,0%
1.1.5. Funil Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Guanhães (MG)	30,0%	30,0%
1.1.6. Irara Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.7. Jataí Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%

Investidas	Investimento	Localização	Participação %		
			31/03/2022	31/12/2021	
1.1.8.	Monte Serrat Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Comendador Levy Gasparian (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.9.	Retiro Velho Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Aporé (GO)	30,0%	30,0%
1.1.10.	Santa Fé Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Três Rios (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.11.	São Joaquim Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alfredo Chaves (ES)	30,0%	30,0%
1.1.12.	São Pedro Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Domingos Martins (ES)	30,0%	30,0%
1.1.13.	São Simão Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alegre (ES)	30,0%	30,0%

A movimentação do investimento é apresentada a seguir:

	Custo	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.696	-	24.696
Equivalência patrimonial	8.032	-	8.032
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	2.966	-	2.966
Dividendos aprovados	(11.760)	-	(11.760)
Saldo em 31 de março de 2021	23.934	-	23.934
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.250	268.525	355.775
Equivalência patrimonial	30.677	(767)	29.910
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	(561)	-	(561)
Dividendos aprovados	(30.000)	-	(30.000)
Saldo em 31 de março de 2022	87.366	267.758	355.124

10. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 1º de dezembro de 2021 foi adquirida participação adicional de 15,30% do capital social da Brasil PCH pelo valor total de R\$ 320.831, sendo que parte deste valor, R\$ 18.000, ficou retido (em função de garantia das obrigações de indenizar da vendedora e de eventuais ajustes de preço decorrentes, principalmente, de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital - pagamento do "leakage") para ser liquidado em 30 de maio de 2022, sendo o valor atualizado pelo CDI. O saldo a pagar em 31 de março de 2022 é de R\$ 18.572 (R\$ 18.132 em 31 de dezembro de 2021).

11. DEBÊNTURES

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor	31/03/2022	31/12/2021
		Nominal		
Debêntures –Série Única (IPCA + 7,04%)	345.000	1.000	365.080	350.851
(-) Custo com transação com debêntures			(9.064)	(9.361)
			356.016	341.490
Passivo circulante			33.284	26.577
Passivo não circulante			322.732	314.913

b) Movimentação das Debêntures

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	341.490
Encargos provisionados	14.230
Apropriação do custo de transação	296
Saldo em 31 de março de 2022	356.016

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

1. Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de emissão da Brasil PCH e de titularidade da Companhia representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da investida bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

2. Restrições

A Escritura da 1ª Emissão de Debêntures traz condições específicas (covenants) à Companhia, em especial quanto a alteração de controle acionário, à assunção de novas dívidas, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20 ou superior (a primeira apuração do índice terá como base as informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao primeiro semestre de 2022), dentre outras. O não cumprimento dos covenants e demais disposições contratuais sujeitam a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é R\$1.957 e está representado por 1.957.324 ações, conforme demonstrado a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias integralizadas</u>	<u>%</u>	<u>Valor integralizado</u>
Companhia Energética de Brasília – CEB	176.159	9%	176
Eletroriver S.A.	<u>1.781.165</u>	<u>91%</u>	<u>1.781</u>
Total	<u>1.957.324</u>	<u>100%</u>	<u>1.957</u>

12.2. Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

12.3. Reserva de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto artigo 202 § 5 da Lei das Sociedades por Ações, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

12.4. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento).

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais	11.760
Dividendos pagos de 2020 – R\$ 6,01 por ação	<u>(11.760)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Dividendos adicionais (*)	23.555
Dividendos pagos de 2021 - R\$ 12,03 por ação	<u>(23.555)</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>

Os dividendos adicionais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida no dia 25 de março de 2022.

12.5. Reserva para investimento

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Estatuto Social da Companhia estabelecia que seriam destinados até 75% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, à constituição de reserva para investimento, com a finalidade de financiar projetos de expansão de unidades operacionais da Companhia, bem como investimentos em suas coligadas e/ou consórcios. O saldo dessa reserva não poderia exceder a 80% do capital social. A partir de 25 de março de 2022, com a alteração do Estatuto Social da Companhia ocorreu a exclusão da cláusula que determinava a constituição dessa reserva. O saldo existente desta reserva deverá ser destinado integralmente em uma próxima Assembléia de Acionistas.

12.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos da coligada Brasil PCH S.A. O valor negativo reconhecido como parcela de outros resultados abrangentes de coligadas foi de R\$ 561 em 2022 (positivo de R\$ 2.966 em 31 de março de 2021).

13. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos dados abaixo. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros dilutivos.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro líquido do período	15.480	8.025
Lucro por ação básico diluído:		
Ações Disponíveis	<u>1.957.324</u>	<u>1.957.324</u>
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	<u>7,9088</u>	<u>4,1000</u>

14. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas que se referem a adiantamento para futuro aumento de capital realizado por seus acionistas:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
Passivo não circulante:		
Eletroriver S.A.	14.698	14.698
Companhia Energética de Brasília – CEB	<u>1.427</u>	<u>1.427</u>
Total	<u>16.125</u>	<u>16.125</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Todas as transações divulgadas constituem transações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebidos dos acionistas da BSB.

Remuneração da Administração

No período findo em 31 de março de 2022 a remuneração da Administração foi de R\$ 4 (no período findo em 31 de março de 2021 não foi pago aos administradores da Companhia qualquer remuneração em função do exercício dos respectivos cargos na Companhia, visto que estas remunerações eram realizadas pela entidades coligadas da Companhia). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

15. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Serviços de terceiros	(526)	(7)
Tributos	(53)	-
Outras despesas	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(584)</u>	<u>(7)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2022</u>
Despesas financeiras:	
Juros e atualizações sobre debêntures	(14.230)
Atualização monetária sobre contas a pagar	(440)
Custos de transação de debêntures	(296)
Outras despesas financeiras	(19)
Total	<u>(14.985)</u>
Receitas financeiras:	
Rendimentos de aplicações financeiras	1.137
Outras receitas financeiras	3
Total	<u>1.140</u>
Total	<u>(13.845)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/03/2022</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	15.480
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(5.263)</u>
Exclusões (adições) permanentes:	
Equivalência patrimonial	10.169
Ajustes permanentes	(18)
Crédito tributário não constituído (*)	<u>(4.888)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>
Correntes	-
Diferidos	-

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social correntes ou diferidos, considerando que a Companhia era optante pelo lucro presumido e não incorreu em receitas operacionais ou receitas financeiras.

(*) A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 14.376. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado 99% a 122,43% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e 7.

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período findo em 31 de março de 2022.

	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 8 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	328	-	-	328
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.916	-	-	18.916
Debêntures	19.087	29.679	499.208	547.974
Total	<u>38.331</u>	<u>29.679</u>	<u>499.208</u>	<u>567.218</u>

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures remuneradas a IPCA + 7,04% conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
–		
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	53.877	48.899
Aplicações financeiras	33	-
<u>Passivos financeiros</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	328	2.114
Partes relacionadas	16.125	16.125
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.572	18.132
Debêntures	356.016	341.490

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. Os mesmos são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de março de 2022. Exceto pelas debêntures, o qual o seu valor justo estimado em 31 de março de 2022 é R\$379.210, o valor justo dos demais itens são próximos ao seu valor contábil.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures e IPCA.

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I (provável) de variação das taxas de juros CDI (13%) e IPCA (6,86%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus datado de 25 de março 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente.

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/03/2022				
Caixa e equivalentes de caixa	53.877		7.004	5.253	3.502
Aplicações Financeiras	33		4	3	2
Contas a pagar por aquisição de investimento	<u>(18.572)</u>		<u>(2.414)</u>	<u>(1.811)</u>	<u>(1.207)</u>
Exposição Líquida	<u>35.338</u>	Baixa do CDI	<u>4.594</u>	<u>3.445</u>	<u>2.297</u>
Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/03/2022				
Debêntures	<u>(365.080)</u>	Alta do IPCA + 7,04%	<u>(46.146)</u>	<u>(57.683)</u>	<u>(69.219)</u>
	<u>(365.080)</u>		<u>(46.146)</u>	<u>(57.683)</u>	<u>(69.219)</u>

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total. O endividamento líquido, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 são:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures (nota explicativa nº 11)	365.080	350.851
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 6 e 7)	<u>(53.910)</u>	<u>(48.899)</u>
Endividamento líquido (a)	<u>311.170</u>	<u>301.952</u>
Total do patrimônio líquido	<u>18.009</u>	<u>26.644</u>
Total do capital (b)	<u>329.179</u>	<u>328.595</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	95%	92%

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou o pagamento da 1ª parcela das debêntures em 18 de abril de 2022, no valor de R\$19.087. O pagamento foi realizado em acordo com o cronograma estabelecido no contrato de debêntures.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 11 de maio de 2022.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento - Presidente Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho – Vice presidente
Jorge Antônio Carvalho Lima - Conselheiro Patrícia Pereira Kleibe - Conselheira

Composição da Diretoria

Marlon Resende Jr - Diretor Presidente

José Guilherme Antloga do Nascimento – Diretor Walter Nunes Seijo Neto – Diretor

Braulio Rio Sá
CRC: MG 117577/O - 2
Contador

São Paulo, 11 de maio de 2022.

1 INTRODUÇÃO

A Administração da BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”), em cumprimento às determinações legais, apresenta o resultado do primeiro trimestre de 2022, comparadas ao mesmo período do ano anterior. Os valores estão expressos em milhares de reais.

Constituída em 24 de março de 2000, a BSB Energética S.A. (“Companhia”) tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia, como sócia ou acionista.

Seu controle acionário é detido pela Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia, estando os demais 9,0% subscritos pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sua atuação, está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a Eletroriver, titulares, respectivamente, de ações representativas de 30% e 70% do seu capital social.

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1. Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia no primeiro trimestre de 2022, comparados com os resultados obtidos no primeiro trimestre de 2021:

Demonstração do Resultado	No primeiro trimestre de 2022 comparado com o mesmo período de 2021				
	31/03/2022 (R\$/mil)	AV (%)	31/03/2021 (R\$/mil)	AV (%)	AH (%)
Resultado de equivalência patrimonial	29.909	100,00%	8.032	100,00%	272,37%
Despesas gerais e administrativas	(584)	-1,95%	(7)	-0,09%	8242,86%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	29.325	98,05%	8.025	99,91%	265,42%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(14.985)	-50,10%	0	0,00%	N/A
Receitas financeiras	1.140	3,81%	0	0,00%	N/A
Total	(13.845)	-46,29%	0	0,00%	N/A
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.480	51,76%	8.025	99,91%	92,90%
Lucro líquido do exercício	15.480	51,76%	8.025	99,91%	92,90%

Resultado de equivalência patrimonial: No primeiro trimestre de 2022, a partir da apuração de equivalência patrimonial, a Companhia reconheceu a receita de R\$ 29.909, representando aumento R\$ 21.877, quando comparado ao primeiro trimestre de 2021, equivalente à variação de 272,37%. Tal aumento é resultante da aquisição de participação adicional no capital da Brasil PCH, passando, em 1º de dezembro de 2021, de 14,70% para 30%, bem como ao desempenho da investida nos períodos analisados.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas somaram no primeiro trimestre de 2022 o montante de R\$ 584, enquanto no mesmo período de 2021 apurava-se R\$ 7, representando aumento de R\$ 577, equivalente a 8.242,86%, atribuída, principalmente, à Contratação de serviços de terceiros decorrentes da emissão de debêntures, no valor de R\$ 526.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 14.985 no primeiro trimestre de 2022, em decorrência, principalmente, dos juros (R\$ 6.112) e da atualização monetária (R\$ 8.117) apurados no âmbito da emissão das Debêntures, enquanto no mesmo período de 2021 não havia qualquer valor apurado a esse título.

Receitas Financeiras: As receitas financeiras apuradas pela Companhia no primeiro trimestre de 2022 totalizaram R\$ 1.140, refletindo o ganho apurado em suas aplicações financeiras, enquanto no primeiro trimestre de 2021, não há registro de tais receitas.

Lucro Líquido do Exercício: Em decorrência dos fatores acima, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 15.480 no primeiro trimestre de 2022, representando aumento de R\$ 7.455, equivalente a 92,90%, se comparado com o primeiro trimestre de 2021, quanto totalizou R\$ 8.025. Isso se deve basicamente ao aumento da participação da Companhia no capital da Brasil PCH ao final do exercício de 2021.

2.2. Balanço Patrimonial

Segue apresentada abaixo a posição do balanço patrimonial da Companhia, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, comparado com ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Balanço Patrimonial	No primeiro trimestre de 2022 comparado com o período findo em 2021				
	31/03/2022 (R\$/mil)	AV (%)	31/03/2021 (R\$/mil)	AV (%)	AH (%)
Ativos Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	53.877	13,17%	48.899	12,08%	10,18%
Aplicações Financeiras	33	0,01%	0	0,00%	N/A
Tributos a compensar	37	0,01%	68	0,02%	-44,12%
Total dos ativos circulantes	53.947	13,19%	48.967	12,10%	10,17%
Ativos Não Circulantes					
Investimentos em coligadas	355.124	86,81%	355.775	87,90%	-0,18%
Imobilizado	21	0,01%	21	0,01%	-
Total dos ativos não circulantes	355.145	86,81%	355.796	87,90%	-0,18%
Total dos ativos	409.092	100%	404.763	100%	1,07%
Passivos Circulantes					
Fornecedores	328	0,08%	2.114	0,52%	-84,48%
Contas a pagar por aquisição de investimento	18.572	4,54%	18.132	4,48%	2,43%
Obrigações fiscais	43	0,01%	258	0,06%	-83,33%
Debêntures	33.284	8,14%	26.577	6,57%	25,24%
Total dos passivos circulantes	52.227	12,77%	47.081	11,63%	10,93%

Passivos Não Circulantes					
Partes relacionadas	16.125	3,94%	16.125	3,98%	-
Debêntures.	322.732	78,89%	314.913	77,80%	2,48%
Total dos passivos não circulantes	338.857	82,83%	331.038	81,79%	2,36%
Patrimônio Líquido					
Capital social	1.957	0,48%	1.957	0,48%	-
Reserva de lucros	17.437	4,26%	25.512	6,30%	-31,65%
Ajustes de avaliação patrimonial	-1.385	-0,34%	-825	-0,20%	68,00%
Total do patrimônio líquido	18.009	4,40%	26.644	6,58%	-32,41%
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	409.092	100%	404.763	100%	1,07%

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa apurado pela Companhia foi de R\$ 53.877, representando aumento da ordem de 10,18% (R\$ 4.978), quando comparado ao montante apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 48.899. A elevação se justifica, principalmente, pelo recebimento de R\$ 30.000 a título de dividendos pagos pela Brasil PCH, parcialmente compensado pelo pagamento de R\$ 23.555 a título de dividendos aos acionistas Eletroriver (91%) e CEB (9%).

Ativo Não Circulante

Investimentos em coligadas: O saldo de investimentos em coligadas registrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 355.124, representando redução de 0,18% (R\$650), quando confrontado com o valor apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 355.775.

Passivo Circulante

Contas a Pagar por aquisições de investimentos: O valor das contas a pagar por aquisição de investimento apurado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 18.572, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondia a R\$ 18.132, representando variação de R\$ 440, equivalente a 2,43%, devido ao reconhecimento da atualização monetária pela variação do Certificado de Depósitos Interbancários (“CDI”) do valor retido do preço de aquisição das ações de emissão da Brasil PCH pela Companhia.

Debêntures: No final do primeiro trimestre de 2022 foi apurado saldo devedor de R\$ 33.284, já deduzido do valor de R\$ 1.170 referente ao custo de transação da emissão das Debêntures, reconhecidos no passivo circulante, tendo em vista a curva de amortização das Debêntures no curto prazo. Ao final do exercício de 2021, o saldo apurado foi de R\$ 26.577.

Passivo Não Circulante

Debêntures: No final do trimestre de 2022 foi apurado saldo devedor de R\$ 322.732, já deduzido o valor de R\$ 7.895, referente ao custo de transação da emissão das Debêntures, reconhecidos no passivo não circulante, tendo em vista o saldo previsto para amortização entre os anos de 2023 e 2030. Ao final do exercício de 2021, o saldo apurado foi de R\$ 314.913.

Patrimônio Líquido

Reserva de Lucros: O saldo de reserva de lucros apurado ao final do primeiro trimestre de 2022 totaliza R\$ 17.437, frente aos R\$ 25.512 registrados ao final do exercício de 2021, representando redução de R\$ 8.075, equivalentes a -31,65%. Isso se deve à variação do montante registrado a título de dividendos

adicionais propostos no ano de 2021, posto que pago no primeiro trimestre de 2022 o montante de R\$ 23.555, bem como ao resultado líquido de R\$ 15.480 apurado no primeiro trimestre de 2022.

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Registrado saldo dos ajustes no montante negativo de R\$ 1.385 ao final do primeiro trimestre de 2022, frente ao montante também negativo de R\$ 825 apurado ao final do exercício de 2021. A variação de R\$ 560, equivalente a 68,00%, refere-se a outros resultados abrangentes de coligadas referentes a ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa da Brasil PCH.

2.3. Indicadores

Endividamento Líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do primeiro trimestre de 2022 comparado com 31 de dezembro de 2021.

Indicadores financeiros (R\$/mil)	Em	
	31/03/2022	31/12/2021
Dívida Bruta ¹ Passivo circulante e não circulante	391.084	378.119
(-) Caixa e equivalentes; aplicação financeira	53.910	48.899
= Dívida Líquida ²	337.174	329.220

2.4. Eventos subsequentes

Debêntures: A Companhia realizou o pagamento da 1ª parcela das debêntures em 18 de abril de 2022, no valor de R\$ 19.086. O pagamento foi realizado em acordo com a curva de amortização estabelecida na escritura de debêntures.

¹ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes e aplicação financeira. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.